

Fls. 325
Ass. [Signature]

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MA1955981751



Maria Dirce Monteiro de Sousa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000050736395-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/01/2017

NOME MARIA DIRCE MONTEIRO DE SOUSA

FILIAÇÃO JANUARIO MORAES DE SOUSA E MARIA DE LOURDES MONTEIRO NASCIMENTO DE SOUSA

NATURALIDADE COELHO NETO - MA DATA DE NASCIMENTO 06/07/1959

DOC ORIGEM CASAM. N.5531 FLS.252 LIV.36

CPF 016576283-70

SÃO LUIS-MA


P-228

LUCIO FLAVIO CANHANTE
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI N°7.116 DE 29/08/83

P.M COELHO NETO-MA
CONFERE COM O ORIGINAL
CNPJ 05.281.738/0001-98
[Signature] Matrícula 11032010
Servidor Conferido em: 29/05/2020


 **Ourocard**
Poupança



5067 2160 4308 7650

VÁLIDO ATE 01/25

MARIA D S AGUIAR
1045-6 14.298-0



Válido somente no Brasil / Somente uso eletrônico



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Fls.	326
Ass.	<i>[Assinatura]</i>

Declaração de Aptidão ao Pronaf

Extrato de DAP

Chave do extrato: 10524827616804481

Emitido em: 09/03/2020 às 14:27:46

Informações Gerais

DAP: SDW0016576283700905181004	Versão DAP: 1.9.3	Enquadramento: V
Emissão: 09/05/2018	Validade: 09/05/2020	Município/UF: Coelho Neto/MA
Última Versão: Sim	DAP Válida: Sim	DAP Expirada: Não

Titular(es)

Nome: MARIA DIRCE MONTEIRO DE SOUSA

CPF: 016.576.283-70

Categoria

Demais agricultores familiares.

Condição e posse de uso da terra

Proprietário/a

Emissor da DAP

Emissor: AGENCIA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DO MARANHAO - AGERP / MA

CNPJ: 08.593.102/0001-70

Nome do Responsável: AILTON DE SOUSA TRAJANO

CPF: 010.118.773-41

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço:
<http://dap.mda.gov.br>

Nº 49 - Cancelar a Habilitação da Médica Veterinária DANIELE COCCIA DE OLIVEIRA, CRMV-PR Nº 10015, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 290 de 05/05/2015 (Processo nº 21034.001512/2015-61).

Nº 50 - Cancelar a Habilitação da Médica Veterinária RAFAELLA ADAMS PHILIPPSEN, CRMV-PR Nº 16104, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 4048 de 27/11/2018 (Processo nº 21034.018304/2018-43).

Nº 51 - Cancelar a Habilitação do Médico Veterinário THIAGO GOULART, CRMV-PR Nº 11606, de acordo com o item VII do Art. 9º da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 185 de 26/03/2015 (Processo nº 21034.003468/2020-91).

CLEVERSON FREITAS

PORTARIAS DE 20 DE MARÇO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.º 326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 53 - Habilitar a Médica Veterinária MORGANA DE FÁTIMA RECK, CRMV-PR Nº 18017 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.003720/2020-61).

Nº 54 - Habilitar a Médica Veterinária PETRA VETSCH EWALD, CRMV-PR Nº 17827 PARA FORNECER GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL PARA FINS DE TRÂNSITO DE ANIMAIS DAS ESPÉCIES PEIXES NO ESTADO DO PARANÁ (PROCESSO Nº 21034.003722/2020-51).

Nº 55 - Habilitar o Médico Veterinário SÁVIO DE OLIVEIRA PAIVA, CRMV-PR Nº 17923 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.003723/2020-03):

1. EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;
2. BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 56 - Habilitar a Médica Veterinária BÁRBARA CRISTINA BOELMAN, CRMV-PR Nº 12565 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies SUÍNOS no Estado do Paraná (Processo nº 21034.003724/2020-40).

Nº 57 - Habilitar a Médica Veterinária BÁRBARA HILGEMBERG VILLELA COSTA, CRMV-PR Nº 13784 PARA FORNECER GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL DAS SEQUENTES ESPÉCIES (PROCESSO Nº 21034.003725/2020-94):

1. EQUINOS, ASININOS E MUARES NO ESTADO DO PARANÁ;
2. BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS EXCLUSIVAMENTE PARA A SAÍDA DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS NO ESTADO DO PARANÁ, DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ.

Nº 58 - Habilitar a Médica Veterinária EMANUELLA APARECIDA PIEROZAN, CRMV-PR Nº 8846 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.003726/2020-39):

1. EQUINOS, ASININOS, MUARES, ABELHAS E PEIXES no Estado do Paraná;
2. BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 59 - Habilitar o Médico Veterinário FÁBIO DA SILVA, CRMV-PR Nº 17146 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (Processo nº 21034.003727/2020-83):

1. EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná;
2. BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná (Processo nº 21034.003727/2020-83).

Nº 60 - Habilitar a Médica Veterinária JULIANE APARECIDA SANT'ANA DA SILVA, CRMV-PR Nº 17805 PARA FORNECER GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL PARA AS ESPÉCIES EQUÍDEOS NO ESTADO DO PARANÁ (PROCESSO Nº 21034.003728/2020-28).

CLEVERSON FREITAS

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

PORTARIA Nº 24, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Prorroga o prazo de validade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), na calamidade pública, reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, decorrente da pandemia causada pelo vírus Covid-19.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, no uso das atribuições conferidas pela alínea "a" do inciso II do art. 33 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e

Considerando o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia causada pelo vírus Covid-19;

Considerando as medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio do vírus Covid-19, determinadas no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal;

Considerando as restrições de locomoção e na prestação de serviços públicos, especialmente os presenciais, que devem ser observadas para conter a proliferação do vírus Covid-19; e

Considerando a necessidade de adoção de medidas que possibilitem minimizar os impactos econômicos e sociais da pandemia mundial do vírus Covid-19, especialmente em relação aos agricultores familiares e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogados pelo período de 6 (seis) meses os prazos de validade das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - DAP que expirarão entre o dia da publicação da presente Portaria até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação do prazo de validade de que trata o caput deste artigo aplica-se a todos os tipos de DAP Ativa, assim definida nos termos do inciso XIV do art. 2º da Portaria nº 523, de 24 de agosto de 2018, da extinta Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Apresentar a forma de funcionamento do Painel de Controvérsias da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo arts. 21 e 63, do Anexo I, do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.229, de 05 de fevereiro de 2020, e no Processo SEI nº 21000.066957/2019-15, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Funcionamento do Painel de Controvérsias da Secretaria de Defesa Agropecuária e do Regimento do Conselho de Soluções da Defesa Agropecuária, na forma do Anexo à presente portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de maio de 2020.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

ANEXO I

MANUAL DE FUNCIONAMENTO DO PAINEL DE CONTROVÉRSIAS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E DO REGIMENTO DO CONSELHO DE SOLUÇÕES DA DEFESA AGROPECUÁRIA

INTRODUÇÃO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, ao longo de mais de 100 anos articulando e promovendo o agronegócio brasileiro, estabeleceu diversos mecanismos regulatórios para garantir a inocuidade dos alimentos e a sanidade das cadeias de processos agropecuários.

Os marcos regulatórios estabelecidos consagraram a expertise e o aprimoramento da cadeia agropecuária, corroborando com a economia, desenvolvimento social e aperfeiçoamento tecnológico.

A evolução técnico-científica ocorrida no último século tem sido acompanhada de forma estruturada pelos órgãos públicos, inclusive pelo Mapa. Todavia, nem sempre é possível garantir o atendimento rápido às demandas requeridas pela sociedade, visto que o arcabouço legal relacionado à defesa agropecuária está no ordem de 60.000 normativos.

De acordo com os princípios constitucionais e do direito administrativo, todo cidadão pode efetuar demandas aos órgãos para responder dúvidas e questionamentos. Esse contexto serve como mote de estruturação do Painel de Controvérsias, para criação de um fluxo único, com interface entre entidade reguladora, setor regulado e sociedade para promover o aperfeiçoamento da qualidade regulatória, sem criar impedimentos ao progresso.

O Painel de Controvérsias efetua uma demanda da sociedade para obter respostas estruturadas e qualificadas. O processo de avaliação de controvérsia ocorre de maneira fundamentada, ordenada, transparente e isonômica. Assim, a sociedade auxilia o Estado no controle dos atos administrativos e o Estado busca a modernização da gestão e dos seus atos, conforme preconizado pelas diretrizes de liberdade econômica.

1. DAS COMPETÊNCIAS

A responsabilidade pelo Painel de Controvérsias e pelo Conselho de Controvérsias da Defesa Agropecuária (CCDA) é da Secretaria de Defesa Agropecuária.

As competências são:

I - avaliar as arguições de controvérsias relativas aos atos normativos internos que regulam as atividades de defesa agropecuária;

II - deliberar sobre a pertinência dos argumentos apresentados nas arguições de controvérsia; e

III - sugerir à Secretaria de Defesa Agropecuária e às suas Unidades alterações e reformulações necessárias à solução das controvérsias apresentadas e reconhecidas.

As competências do Conselho de Controvérsias da Defesa Agropecuária são:

I - comparecer à reunião do CCDA, conforme data e hora estabelecidos; e

II - explicar sua opinião para a arguição de controvérsia, conforme o tempo previamente estabelecido, de forma oral, sendo permitido o emprego de apresentação digital.

As competências do Painel de Controvérsias são:

I - presidir e coordenar as reuniões do conselho;

II - aprovar o regimento interno do conselho;

III - emitir voto de qualidade sobre a Arguição de Controvérsia;

IV - convocar as reuniões do CCDA/SDA;

V - notificar os membros do Conselho quanto à data de realização das reuniões ordinárias e extraordinárias;

VI - comunicar e solicitar manifestação das Câmaras Setoriais do MAPA sobre as arguições de controvérsia em tramitação; e

VII - comunicar e solicitar manifestação das Unidades da SDA/MAPA competentes para análise do ato normativo questionado na Arguição de Controvérsia.

As competências do Painel de Controvérsias são:

I - convocar as reuniões do CCDA/SDA;

II - notificar os membros do Conselho quanto à data de realização das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - comunicar e solicitar manifestação das Câmaras Setoriais do MAPA sobre as arguições de controvérsia em tramitação;

IV - comunicar e solicitar manifestação das Unidades da SDA/MAPA competentes para análise do ato normativo questionado na Arguição de Controvérsia;

V - definir o relator de Arguição de Controvérsia;

VI - assumir as competências do Secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária, na impossibilidade de comparecimento a reunião do CCDA; e

VII - definir o especialista que avaliará o processo.

As competências do Painel de Controvérsias são:

I - analisar previamente a Arguição de Controvérsia;

II - emitir relatório de avaliação das Arguições de Controvérsia; e

III - apresentar seu voto e decisão sobre cada uma das Arguições de Controvérsia.

As competências do Painel de Controvérsias são:

I - analisar todas informações apresentadas na Arguição de Controvérsia;

II - emitir relatório de avaliação da Arguição de Controvérsia; e

III - emitir parecer sobre a Arguição de Controvérsia.

As Câmaras Setoriais e Temáticas competentes são:

I - analisar e emitir parecer sobre as Arguições de Controvérsia.

As competências do Painel de Controvérsias são:

I - avaliar previamente as Arguições de Controvérsia;

II - atualizar o painel das Arguições de Controvérsia no site eletrônico do Mapa;

III - solicitar correções e informações complementares ao Requerente da Arguição de Controvérsia;

IV - encaminhar as Arguições de Controvérsia para apreciação do especialista e das Câmaras Setoriais e Temáticas;

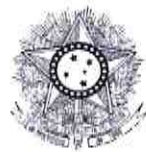
V - elaborar a pauta da reunião do CCDA;

VI - efetuar o controle da presença na reunião do CCDA e emitir a memória da reunião do CCDA;

VII - encaminhar a decisão do CCDA para os Requerentes da Arguição de Controvérsia e para o Departamento envolvido na Controvérsia; e

VIII - apresentar a relação de especialistas para escolha do Secretário Adjunto da SDA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls.	328
Ass.	

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA DIRCE MONTEIRO DE SOUSA

CPF: 016.576.283-70

Certidão nº: 6629907/2020

Expedição: 16/03/2020, às 14:38:18

Validade: 11/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIA DIRCE MONTEIRO DE SOUSA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **016.576.283-70**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COELHO NETO

SETOR TRIBUTARIO

PÇ GETULIO VARGAS, Nº S/N - CENTRO

CNPJ: 05281738000198



Fls.	329
Ass.	<i>[Signature]</i>

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS MUNICIPAIS E DA DIVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

SETOR TRIBUTÁRIO da prefeitura Municipal de COELHO NETO, a requerimento da pessoa interessada MARIA DIRCE MONTEIRO DE SOUSA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários CND e CNDA com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 17/06/2020, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro:	002492	RG/Inscr. Estadual:	
Contribuinte:	MARIA DIRCE MONTEIRO DE SOUSA	CPF/CNPJ:	01657628370
Endereço:	POV. SANTA MARIA,	Complem:	
Bairro:	ZONA RURAL	CEP:	65620000
Cidade:	COELHO NETO-MA		

[Signature]
Domingos de Sousa Leal Filho

Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças
Portaria nº 1143/2020

Emissão: 19/03/2020 12:19:04 Validade: 17/06/2020 Usuário: EVANDRO
Número/Controle da Certidão: 47F8FC4E2EA5CC74

Fis.	330
Ass.	

**DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA
CHAMADA PÚBLICA N° 001/2020**

Eu, **Maria Dirce Monteiro de Sousa**, portador (a) do CPF n° 016.576.283-70 e **DAP(s) SDW0016576283700905181004**, declaro para os devidos fins que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são produzidos nas suas Unidades de Produção Familiar.

Coelho Neto – MA, 17 de março de 2020.

Maria Dirce Monteiro de Sousa
Maria Dirce Monteiro de Sousa